

Mídias Digitais e Saberes Docentes no Ensino de História das Mulheres

SUSANE RODRIGUES DE OLIVEIRA¹

Esta comunicação apresenta os resultados de uma pesquisa sobre planos de aula elaborados por professores/as de história, publicados no *site* Portal do Professor do MEC. Trata-se de planos de aula que apresentam temáticas e objetivos relacionados, exclusivamente, à história das mulheres, e que servem para aplicação em turmas de nível fundamental (séries finais). Estes planos são bastante representativos de como os discursos e práticas pedagógicas dos/as professores/as respondem aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), às propostas de inclusão das mídias digitais no ensino de história e às demandas em prol da inclusão da história das mulheres nos currículos escolares. Na análise dos planos observamos suas condições de produção, saberes de referência, objetivos, metodologias, recomendações, recursos didáticos, conceitos de sexo-gênero e representações das mulheres. A partir disso, desenvolvemos também algumas reflexões e propostas sobre as dimensões políticas do ensino de história na promoção da igualdade e fortalecimento da cidadania das mulheres.

As análises apresentadas neste artigo encontram apoio teórico em alguns pressupostos da Análise do Discurso (Foucault, 2004; Orlandi, 2003) e nas pesquisas recentes desenvolvidas nos campos do ensino de história (Monteiro, 2007; Pereira, 2007; Oliveira, 2014a), da história das mulheres e dos estudos de gênero (Scott, 1994; Rago, 1995/1996; Navarro-Swain, 2001; Silva, 2007; Silva, 2014, Valencia, 2005; Oliveira, 2014b).

Com a entrada da cultura escolar nas mídias digitais da internet, a história também tem sido pedagogizada em mídias que se abrem ao clicar do *mouse*, ou na ponta dos dedos nas tecnologias *touch screen*, em forma de hipertexto, som, vídeo e imagem. Essa introdução das tecnologias digitais no ensino de história reforça ainda mais a necessidade de avaliarmos como a história das mulheres aparece nestas mídias e, especialmente, como os/as professores/as de história se apropriam desses saberes no planejamento de suas aulas.

¹ Doutora em História e professora adjunta no Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) na área de Teoria e Metodologia do Ensino de História.

No cotidiano escolar amplia-se a possibilidade de que os/as professores/as usem outros materiais didáticos, especialmente aqueles provenientes de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), diminuindo a importância central dos livros didáticos no ensino e aprendizagem. Nesse processo a internet vem ganhando espaço, cada vez mais utilizada como elemento de apoio à aprendizagem. A disseminação do uso das tecnologias (computador, internet, TV, rádio) ampliou, de forma rápida e dinâmica, o acesso a maior quantidade de informações, impondo aos/as professores/as a necessidade de uma orientação no planejamento e realização de trabalhos pedagógicos que envolvam o uso das mídias digitais em sala de aula. Diante disso surgem na internet os portais educacionais com propostas pedagógicas inovadoras. De forma geral estes portais são ambientes virtuais que organizam e disponibilizam conteúdos que servem de apoio às práticas docentes e às pesquisas de estudantes da Educação Básica. Trata-se de poderosos veículos de produção e difusão de mídias digitais que cada vez mais atraem, fascinam, estimulam, educam e auxiliam professores e estudantes na aquisição de conhecimentos (Oliveira, 2014a).

No Brasil, o uso das mídias digitais no processo de ensino-aprendizagem vem sendo amplamente estimulado como algo positivo e capaz de produzir inovações curriculares indispensáveis aos tempos globalizados, associado fortemente ao combate a um ensino qualificado como tradicional (Costa & Gabbriel, 2014: 168). A internet vem se configurando como novo lócus educativo da contemporaneidade e nesse sentido merece aqui a nossa atenção.

Enquanto os livros didáticos tratam a história das mulheres em poucos conteúdos e “textos complementares”² uma rápida pesquisa no Google revela 215.000 ocorrências de páginas dedicadas ao termo “história das mulheres” no idioma português e 20.700.000 em inglês. Nem todas as páginas referem-se ao saber histórico produzido nas universidades,

² As pesquisas de Cristiani da Silva (2007) e Valéria da Silva (2014), sobre as representações das mulheres nos livros didáticos de história, revelam a persistência tanto do silêncio sobre a atuação das mulheres na história, como de concepções binárias e hierarquias de gênero que indicam o predomínio de uma história androcêntrica, centrada apenas no protagonismo masculino. Essa inclusão, segundo as autoras, vem acontecendo, especialmente, nos conteúdos complementares, normalmente isolados do texto principal e em caixas de textos que aparecem no final de alguns capítulos. Essa forma de inclusão continua perpetuando a discriminação das mulheres na história, já que sua presença aparece apenas como um complemento, ou seja, como um apêndice da história geral, da “história importante” que se desenvolve habitualmente ao longo do livro, onde a rara consideração coletiva e individual das mulheres não lhes reconhece uma posição significativa na história (Valencia, 2004).

embora uma quantidade considerável desse saber encontre-se disponível na forma de artigos e comunicações de pesquisas, além de estar acessível em arquivos, bibliotecas, livrarias, revistas e museus virtuais. As páginas dos portais educacionais também aparecem relacionadas nesse total, apresentando uma infinidade de recursos digitais para a abordagem da história das mulheres no ensino de história. Dentre elas, o Portal do Professor do MEC chama a nossa atenção como espaço de ampla produção e compartilhamento de planos de aula elaborados por professores/as de todo o Brasil, onde identificamos a presença de alguns planos que tratam exclusivamente de história das mulheres para o ensino médio e fundamental (séries finais). O Portal reúne em uma mesma interface na *web*, *links* que dão acesso a notícias, cursos, vídeos, *blogs*, *softwares* de jogos, modelos e sugestões de aulas, *sites* educativos, *chats*, fóruns, currículos e vários outros recursos. Na tela inicial do *site* encontra-se um menu (índice) de navegação que direciona para subcategorias denominadas “Espaço da aula”, “Jornal do professor”, “Conteúdos multimídia”, “Cursos e materiais”, “Interação e colaboração”, “*Links*” e “Plataforma Freire”.

O Portal fornece ainda um sistema de busca (consulta *online*) onde podemos identificar 15.165³ sugestões de planos de aula das mais variadas disciplinas escolares e níveis de ensino da Educação Básica. Deste total, identificamos 1.424 sugestões de aula de história para todos os níveis de ensino: 701 para o ensino médio e 427 para o ensino fundamental (séries finais). No total de planos de aula de história encontramos 52 aulas que fazem menção às “mulheres” em diversas disciplinas: ciências, língua portuguesa, educação física, artes, sociologia, a maioria delas em língua portuguesa e ciências (saúde). Encontramos ainda 3 aulas com a palavra “gênero” no título, sendo 2 de ciências e 1 de história. Dentre os planos de aula de história para o ensino fundamental (séries finais) encontramos apenas 9 planos de aula que fazem menção às mulheres, sendo que 7 deles tratam exclusivamente de história das mulheres e foram produzidos por professores da área de história. Quanto ao recorte temporal e espacial das abordagens que aparecem nestes 7 planos de aula, 5 deles tratam do Brasil contemporâneo, enquanto 2 tratam do Brasil colônia. São esses 5 planos de aula que constituem aqui o nosso *corpus* de análise.

³ Estes números são baseados em pesquisa, realizada no mês de março de 2015, no sistema de busca disponível dentro do Portal do Professor (www.portaldosprofessor.mec.gov.br).

Ao produzir um plano de aula os/as professores/as idealizam uma situação comunicativa e todos os componentes dessa situação. O plano de aula tem a função de organizar e planejar antecipadamente uma ação pedagógica. Trata-se de um roteiro a ser seguido pelo/a professor/a que sistematiza todas as atividades que serão desenvolvidas no período de tempo em que professores/as e estudantes entram em interação. Devemos ressaltar que o plano de aula nem sempre corresponde à prática, ao que acontece no momento de sua aplicação, pois a situação de interação entre professores/as e estudantes é dinâmica e imprevisível, podendo impor adaptações ou mudanças nas atividades e objetivos programados. Entretanto, isso não retira a sua importância enquanto objeto de análise, porque revela os discursos docentes sobre as práticas pedagógicas, ou seja, o modo como os/as professores/as pensam e orientam o seu fazer pedagógico.

A prática pedagógica não é a mera concretização de teorias ou receitas, nem um simples fazer, caracterizado pela aplicação de teorias, pelo pragmatismo e a neutralidade. Ela envolve o pensamento, a reflexão e a construção de sentidos por parte dos/as professores/as. Partimos do pressuposto de que os/as professores/as “dominam e produzem saberes, num contexto de autonomia relativa, numa construção que apresenta uma especificidade decorrente do fato de ser integrante da cultura escolar” (Monteiro, 2007: 13). Os/as professores/as elaboram, organizam e revelam seus discursos e práticas em um contexto escolar e social específicos, mobilizando saberes oriundos da formação profissional, dos saberes das disciplinas, dos currículos, das práticas sociais, de si mesmos e da experiência (Tardif, Lessard & Lahaye, 1991). Os saberes mobilizados pelos/as professores/as são, portanto, plurais e heterogêneos.

Os planos de aula são aqui entendidos como “discursos sobre a prática” que revelam experiências e saberes docentes, assim como crenças, valores, concepções teóricas e ações que impregnam o seu fazer. Enquanto discursos envolvem e expressam teorizações, idealizações e representações, além da incorporação de normas e atribuição de significados. Para compreendê-los é necessário também considerar as suas condições de produção, as dimensões de sua exterioridade, relacioná-los à conjuntura sócio-histórica em que foram produzidos (Foucault, 1993; Orlandi, 2003).

Os planos publicados no Portal do Professor são produzidos conforme regras e padrões anunciados no próprio *site*. Desse modo, pertencem a uma formação discursiva

específica (Foucault, 2004). O “Espaço da Aula” revela um conjunto de discursos produzidos segundo um corpo de regras que, institucionalmente autorizado pelo MEC, exerce certo controle e influência sobre os temas, objetivos, procedimentos e recursos didáticos indicados nesses planos.

De acordo com Foucault, a formação discursiva serve para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras historicamente determinadas. “As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (Foucault, 2004: 43). A formação discursiva determina o que pode e deve ser dito. Como bem atenta Orlandi, “É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos” (2003: 43-44).

No Portal do Professor, os planos de aula, apresentados no campo “Sugestão de Aulas”, seguem o mesmo padrão de estrutura e organização. As aulas podem ser criadas individualmente ou em equipe por professores/as inscritos/as no Portal. No entanto, para criar uma aula e publicá-la neste espaço, os/as professores/as precisam seguir um tutorial e algumas orientações (Portal do Professor: Orientações, s/d) que explica, passo a passo, como preencher, no próprio *site*, todos os componentes da aula: título, objetivos de aprendizagem, período de realização, pré-requisitos de aprendizagem, estratégias, recursos complementares e avaliação. Para isso o *site* disponibiliza uma ferramenta de edição que permite a construção das aulas dentro de um modelo e estrutura previamente definidos, onde é possível utilizar os objetos educacionais disponibilizados no próprio Portal ou de quaisquer outras fontes. Nesse espaço, criar uma sugestão de aula significa “descrever a metodologia utilizada pelo professor no desenvolvimento de um tema do currículo: seu planejamento didático, as atividades e os recursos multimídia que podem ser utilizados” (Portal do Professor: Criar aulas, s/d).

O Portal apresenta ainda recomendações de cunho pedagógico, baseadas nos PCN’s e nas teorias de ensino-aprendizagem construtivistas, tais como:

- *Privilegiar estratégias em que os alunos sejam os atores principais, propondo pesquisas e debates, para que ocorra construção, colaboração entre colegas, registros e divulgação dos novos conhecimentos.*
- *Propor atividades que possam contribuir com o desenvolvimento dos alunos nos diversos aspectos: conceituais, procedimentais e comportamentais.*

- *Sugerir atividades relevantes que envolvam os alunos em temas de impacto social, na melhoria da própria escola, ou da comunidade em que vivem.*
- *Evitar elaborar metodologias simplesmente para o uso de recursos multimídia (vídeo, simuladores e outros), e sim, propor o uso das TIC de forma integrada ao currículo e enriquecer a dinâmica de trabalho dos alunos, são algumas das diretrizes propostas para os professores. (Bielschowsky & Prata, 2010: 8)*

Dentro destas orientações os/as professores/as devem evitar aulas expositivas e assumir o papel de mediadores/as no processo de ensino-aprendizagem, tratando os/as estudantes como atores/atrizes e agentes desse processo, mais do que ouvintes. Nessa concepção os/as professores/as devem propor atividades criativas e motivadoras que possibilitem ao/à estudante “debater, construir, colaborar com os outros alunos, registrar e divulgar os novos conhecimentos”. Assim diz o tutorial de elaboração das aulas: “Mais importante que o trabalho do professor é a ATIVIDADE do aluno. Na sala de aula ou no laboratório quem trabalha é o aluno. O professor apenas orienta a atividade do aluno” (Portal do Professor: Orientações, s/d).

Ao finalizar a elaboração do plano, os/as professores/as podem submetê-lo para publicação na área pública do *site*. Para isso o Portal dispõe de um comitê editorial que avalia todos os planos enviados, conferindo credibilidade aos planos autorizados para publicação. As aulas não aprovadas pelo comitê são retornadas com orientações ou correções para a sua reelaboração e novo envio (Zacharias, 2013: 62). Desse modo, o Portal exerce controle sobre as publicações e participa também no processo de formação de professores/as, instruindo-os, especialmente, no planejamento de aulas que façam uso de tecnologias digitais.

Os cinco planos de aula que selecionamos para análise foram publicados entre os anos de 2011 e 2014 no Portal do Professor. Na tabela abaixo demonstramos os títulos das aulas, seus números de acesso, data de publicação e o tempo de duração das atividades.

Planos de aula que tratam de “história das mulheres” no Portal do Professor

Título da aula	Data de publicação	Número de acessos no Portal do Professor	Duração das atividades
1. O papel da mulher na sociedade	13/04/2011	4787 acessos	4 aulas de 50 minutos
2. A luta das mulheres pela profissionalização	22/10/2014	585 acessos	3 aulas de 50 minutos
3. “Música da mulher”: as canções e as causas femininas no Brasil	19/12/2011	5939 acessos	6 aulas de 50 minutos

4. Os direitos da mulher ao longo da história do Brasil	19/12/2011	2082 acessos	6 aulas de 50 minutos
5. A emancipação feminina no Brasil atual	19/12/2011	3667 acessos	6 aulas de 50 minutos

Fonte: Portal do Portal do Professor (março de 2015). Disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/>.

Os números de acesso revelam a grande demanda por planos de aula de história que tratem de temas ligados às mulheres. O que indica a importância e influência destes planos na internet como referenciais para práticas pedagógicas de inclusão da história das mulheres.

Os planos de aula têm autoria e co-autoria de homens e mulheres. Das cinco aulas identificadas, três delas (números 3, 4 e 5) tem a mesma autoria de dois homens e uma mulher (Ribeiro; Turini; Silva, 2011a). A aula de número 2 (Sousa; Faria; Rezende, 2014) também tem a autoria de dois homens e uma mulher. Apenas a aula de número 1 (Silva, 2011) tem a autoria exclusiva de uma mulher. Assim temos a participação de quatro homens e três mulheres na redação destes planos, indicando que a inclusão da história das mulheres no ensino de história é do interesse tanto dos professores quanto das professoras.

Nem todos/as os/as autores/as dos planos revelam o nível de sua formação acadêmica e dados profissionais, o que sugere que estes planos possam ter sido elaborados tanto por docentes atuantes como por aqueles/as em fase de formação inicial, já que o Portal, enquanto espaço de formação docente, disponibiliza também planos de aula orientados e produzidos por docentes e estudantes de disciplinas na licenciatura.

Os temas abordados nas aulas são selecionados a partir dos eixos temáticos propostos nos PCN's para o ensino de história nas séries finais do nível fundamental. Deste modo se inserem nos seguintes temas: “relações de trabalho”, “nações, povos, lutas, guerras e revoluções”, “relações sociais, a natureza e a terra” e “cidadania e cultura no mundo contemporâneo”. Observamos que os/as professores/as encontram a possibilidade de incluir a história das mulheres dentro destes quatro temas, ao mesmo tempo. Não há o predomínio de apenas um tema onde se possa efetuar essa inclusão.

Os PCN's (Brasil, 1998) incluem as mulheres nos temas propostos para o ensino de história nas séries finais do nível fundamental. Essa inclusão aparece nos subtemas dos grandes “eixos temáticos” e em conteúdos articulados com os “temas transversais”. Dentro do eixo temático “História das relações sociais, da cultura e do trabalho” consta no estudo das

“relações de trabalho” em diferentes momentos da história brasileira⁴ e de “povos do mundo”⁵. No eixo temático “História das representações e das relações de poder” consta no subtema “Cidadania e cultura no mundo contemporâneo”, com vistas ao estudo do “direito das mulheres, dos jovens, das crianças, das etnias e das minorias culturais” (Brasil, 1998: 49-73). Já os conteúdos articulados com os “temas transversais” fazem menção às mulheres na proposta de estudo das

imagens, representações e valores em relação ao corpo, à sexualidade, aos cuidados e embelezamento do indivíduo, aos tabus coletivos, à organização familiar, à educação sexual e à distribuição de papéis entre homens, mulheres, crianças e velhos nas diferentes sociedades historicamente constituídas (Brasil, 1998: 49).

A partir dessas orientações dos PCN’s, os/as professores/as veem a possibilidade de incluir as mulheres, especialmente, nas abordagens da história do trabalho e das lutas por direitos e cidadania no tempo presente. Quanto aos recortes temporais e espaciais privilegiados pelos/as professores/as, observamos que todas as aulas tratam do Brasil contemporâneo, especialmente no “tempo presente”. O predomínio da história do tempo presente parece associado tanto às propostas dos PCN’s, que destacam a importância da abordagem de temas que se aproximem da realidade dos/as estudantes, quanto aos estímulos, do próprio Portal, no uso das tecnologias digitais da internet em suas práticas pedagógicas.

A internet abriga uma quantidade enorme de informações e conhecimentos produzidos na contemporaneidade e, dada à rapidez, praticidade e facilidade de acesso a esses saberes, acaba por se constituir em um espaço de registro e repositório de memórias e histórias que vem servindo amplamente de apoio ao trabalho pedagógico de professores/as na abordagem de acontecimentos do presente. Ao tratar das mulheres na contemporaneidade brasileira, os/as professores/as buscam exclusivamente os saberes das mídias digitais disponíveis na internet: vídeos da TV Escola e do YouTube (músicas, filmes e reportagens de TV), matérias de jornais e revistas *online*, textos e imagens publicadas em Portais Educacionais (Mundo Educação, Guia do Estudante, Brasil Escola), *Blogs* (de religiosos, historiadores, economistas,

⁴ “(...) trabalho de mulheres e crianças na agricultura, na indústria e nos serviços urbanos, nas atividades domésticas, etc.” (Brasil, 1998: 61).

⁵ “(...) trabalho das mulheres e das crianças na indústria inglesa; agricultura, comércio, indústria, artesanato e serviços urbanos na África e Ásia” (Brasil, 1998: 62).

jornalistas e professores de literatura), verbetes da Wikipédia, informações estatísticas e documentos digitalizados em *sites* de órgãos do governo.

A história acadêmica raramente é tratada como recurso didático nestes planos. Ela aparece, especialmente, dentre as indicações de “textos complementares”, já que os saberes priorizados nas atividades pedagógicas são os saberes midiáticos. O livro didático também não parece como recurso didático nos planos analisados. Isso denota o quanto a história escolar tem características próprias ao dialogar com as

visões, textos e expressões presentes em diferentes e específicas práticas sociais” (...), que servem de referência e dialogam com o saber acadêmico na constituição do saber escolar, chegando à escola através dos diferentes meios de comunicação, dos professores e de seus pais (Monteiro, 2007: 107).

O tempo de duração previsto para aplicação dos planos de aula revela que os/as professores/as se propõe a dedicar um espaço de tempo significativo para a abordagem da história das mulheres em sala de aula, ao contrário das poucas linhas de texto que os livros didáticos dedicam a essa abordagem.

Quanto aos objetivos de aprendizagem, os cinco planos de aula analisados parecem sinalizar para uma preocupação política e social dos/as professores/as, ao propor: sensibilizar os/as estudantes com as “causas femininas” no Brasil, refletir sobre a desigualdade de gênero em nosso país, valorizar as mulheres e seus direitos de emancipação e entender a legislação em defesa das mulheres que sofrem de violência doméstica e/ou familiar. Trata-se de objetivos aparentemente em sintonia com as propostas de educação para a igualdade e cidadania. No entanto, é preciso ainda considerar os recursos didáticos e suas formas de abordagem em sala de aula para avaliarmos os limites e possibilidades em torno destas propostas.

Dos cinco planos de aula analisados, observamos que três deles evitam o uso do termo “feminismo”. Na aula de número 3 (Ribeiro; Turini; Silva, 2011a) os/as professores/as dão preferência ao termo “causas femininas” ao invés de “causas feministas”, e assim acabam caindo numa dimensão muito vaga e generalista. Esse silêncio sobre os feminismos é bastante significativo. Fala-se das lutas das mulheres de forma generalizada, mas não das lutas feministas e de sua importância. Observa-se um “ufanismo discursivo da igualdade de

oportunidades” (Navarro-Swain, 2001: 68) que parece tornar os movimentos feministas desnecessários e obsoletos diante das conquistas das mulheres no presente.

Essa recusa aos feminismos encontra também fundamento em discursos e representações negativas que se proliferam em nossa sociedade, especialmente na mídia, onde as feministas são identificadas como mulheres feias, mal amadas e infelizes. Os feminismos, ao lado de outros movimentos sociais, vêm questionando a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, autoritário, masculino, branco e excludente (Rago, 1995/1996: 12), propondo a construção de relações sociais mais igualitárias. Nesse sentido, o pensamento e a prática dos feminismos vêm causando impactos na cultura, despertando a aversão e o ódio daqueles que desejam manter intactas as estruturas patriarcais de poder que excluem, inferiorizam e dominam as mulheres. Assim se proliferam os discursos que buscam apagar a força e importância histórica dos feminismos. Ficam os silêncios e uma enorme lacuna no entendimento da história das mulheres no tempo presente. Trata-se de saberes docentes provenientes não só das mídias, mas também da formação inicial em cursos de história que se recusam à inclusão da história das mulheres em seus currículos.

A aula de número 4 (Ribeiro; Turini; Silva, 2011b) propõe uma abordagem histórica dos direitos das mulheres, destacando o processo de conquista do direito ao voto nos EUA e no Brasil, além da participação feminina na política brasileira (especialmente nas eleições, no Senado, no Congresso Nacional e nos partidos políticos), as leis de cotas para presença de mulheres nos partidos políticos e a lei Maria da Penha. Quanto aos recursos didáticos, o plano de aula indica uma matéria publicada no *site* do Ministério Público Federal (MPF), intitulada “O voto feminino no Brasil” que menciona o movimento sufragista das mulheres no final do século XIX e primeira metade do século XX, destacando as manifestações, os jornais e os panfletos feministas, além de datas e nomes de mulheres que estiveram na liderança destes movimentos na Inglaterra, Brasil e EUA. Os/as professores/as indicam também a abordagem de um dicionário virtual, um artigo da Revista Espaço Acadêmico, um documento digitalizado da Lei Maria da Penha e um texto do IBGE *Teen* que apresenta cronologicamente as principais conquistas das mulheres no Brasil e no mundo. Essa aula apresenta uma concepção importante, a de que “as mulheres fazem história” por meio da conquista de direitos políticos, especialmente, do direito ao voto e atuação política nos EUA e Brasil.

Dentre os planos de aula analisados, este é o único que oferece maior destaque e importância aos movimentos feministas nas conquistas de direitos para as mulheres.

A aula de número 4 (Ribeiro; Turini; Silva, 2011b) sinaliza para uma perspectiva histórica mais ampla a respeito da atuação e conquistas políticas das mulheres na contemporaneidade. Entretanto, ao se manter informado pelos saberes históricos midiáticos, não consegue se desvencilhar do ensino de história tradicional – assentado em sequências de informações factuais e cronológicas relacionadas a tempos e espaços que podem ser desconhecidos pelos/as estudantes. Os recursos didáticos apresentam marcos históricos das lutas das mulheres no campo da política, mas numa perspectiva cronológica e linear que simplesmente expõe datas, nomes e acontecimentos de forma fragmentada e descontextualizada. Isso faz com que os estudantes lembrem somente dos marcos cronológicos, formulando ideias vagas e genéricas, tornando-se incapaz de relacionar tempos distintos e compreender em profundidade essas lutas. O ideal é que se trabalhe em sala de aula com recortes temáticos, estabelecendo relações entre o passado e o presente, sem negligenciar a temporalidade. Assim o ensino de história pode servir de ferramenta para que os/as estudantes possam se orientar e intervir no mundo em que vivem.

Os cinco planos de aula analisados propõe atividades pedagógicas de produção e socialização de conhecimentos pelos/as próprios/as estudantes. Trata-se de atividades fundamentais na formação escolar para a cidadania crítica. Entretanto, observamos que os/as professores/as conduzem essas atividades sem a preocupação com os conhecimentos pesquisados e assimilados pelos/as estudantes na internet. As propostas de pesquisa na internet para os/as estudantes, algumas vezes é orientada dentro de alguns *sites*, mas nenhuma atividade orienta as formas de leitura e apropriação da massa de conhecimentos confrontados. Nesse sentido, as propostas de introdução das tecnologias digitais no ensino de história, que orientam os planos de aula do Portal do Professor, apesar de inovadoras quanto aos recursos didáticos, não trazem nenhuma inovação quanto às suas formas de abordagem em sala de aula. Ainda permanece a reprodução e a cópia de conhecimentos produzidos em outros espaços. A interpretação desses conhecimentos ainda é conduzida na forma de perguntas e respostas mecânicas, em questionários que simplesmente exigem dos/as estudantes uma atenção quanto à descrição e repetição de enunciados. Esse tipo de relação que professores/as e estudantes estabelecem com os saberes históricos que circulam na internet denota a

aceitação, autoridade e caráter de verdade que os saberes históricos midiáticos vêm assumindo na cultura escolar. Não basta só agregar ao ensino de história novos saberes, é preciso também repensar as suas formas de abordagem em sala aula para considerar a historicidade, os regimes de verdade, as crenças e as práticas sociais que sustentam seus discursos e representações.

Os planos de aula analisados apresentam alguns objetivos bastante amplos e generalizados no entendimento da atuação das mulheres no tempo presente. Suas propostas de atividades e recursos didáticos não conseguem abarcar questões tão amplas e complexas como as “lutas para o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres”, “o histórico de luta das mulheres por seus direitos no Brasil”, “os preconceitos e imposições às mulheres na história do Brasil”, “as transformações da participação feminina na sociedade contemporânea” e “o papel desempenhado pelas mulheres em nossa sociedade”. Propostas de ensino deste tipo acabam por reduzir a atuação das mulheres a uma perspectiva histórica homogeneizadora e universalista, que dificulta o entendimento da diversidade de atuações e perspectivas das mulheres em torno do trabalho e das lutas por direitos políticos no passado e no presente.

É nessa perspectiva também que os/as professores aprendem as identidades e experiências das mulheres em uma ótica binária e hierárquica que classifica e opõe os corpos em femininos e masculinos, tratando a divisão sexual do trabalho, as relações de poder e a heterossexualidade como normas universais que regem as relações entre os sexos. Desse modo, alguns/algumas professores/as fazem uso de termos como “mulher” (no singular), “universo feminino”, “condição feminina” e “causas femininas”.

A inclusão da história das mulheres nos planos de aula vem ocorrendo, especialmente, por meio de temas do presente imediato, ou seja, por meio do estudo de acontecimentos recentes como o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e as lutas pelas conquistas de seus direitos. A partir de problemáticas contemporâneas que envolvem a constituição da cidadania, os/as professores/as escolhem os conteúdos de suas aulas. No entanto, as ações das mulheres no tempo presente emergem nas aulas de forma desconexa, fragmentada, descritiva e deslocada da realidade dos processos históricos que lhes dão sentido. Ao incluir o presente na sala de aula esses/as professores/as tendem a abandonar o passado como objeto privilegiado da disciplina história, anulando a importância das relações que o presente mantém com o passado. Trata-se de perspectiva que não permite que os/as estudantes “olhem

para o presente como resultado das injunções políticas que se deram no passado” (Pereira, 2007: 162).

Os/as professores/as tendem a abordar o tempo presente como uma tentativa de prender a atenção dos estudantes e de tornar o conhecimento significativo e interessante, ao aproximá-lo de sua realidade imediata. Nesse sentido, parece que a inclusão da história das mulheres nos “conteúdos significativos” do tempo presente parece se justificar muito mais em razão de uma metodologia de ensino, tida como inovadora, do que em razão de princípios políticos.

Os saberes históricos provenientes das grandes mídias digitais são as principais referências para os debates travados em sala de aula. As mídias digitais podem contribuir para a inteligibilidade do tempo presente. Entretanto são fundamentais as perguntas, os métodos e instrumentos de análise que orientam as suas formas de abordagem em sala de aula. O espaço da aula de história, diferente de outros espaços, como o da mídia, deveria ser espaço de crítica e questionamentos que possibilitassem a desconfiança intelectual em relação às evidências e ao senso comum que circulam na escola, nas conversas dos estudantes e nos meios de comunicação e informação. Desse modo, “ensinar história é ensinar um método, um jeito de olhar para o passado e para o próprio presente” (Pereira, 2007: 160), isso implica mostrar aos/às estudantes o caráter histórico dos saberes que circulam nas mídias digitais, nos livros didáticos e nas falas dos/as professores/as, para que percebam os conhecimentos como resultados de escolhas políticas que se dão no presente. É dentro dessa perspectiva que o ensino de história poderá se tornar instrumento de análise dos acontecimentos que envolvem as mulheres e as relações de gênero no tempo presente, pondo à disposição da sociedade outras formas de olhar para o passado, e isso, evidentemente, tem implicações políticas mais favoráveis ao reconhecimento e legitimação das lutas dos movimentos feministas e de mulheres no presente.

No entanto, o trabalho de historicização das mídias digitais em sala de aula exige dos/as professores/as tempo e preparação. Ao se propor abordar acontecimentos do presente os/as professores/as precisam ser capazes de ensinar sobre eles, assumindo também o papel de historiadores/as para estabelecer relações, compreender o contexto histórico e refletir sobre o que os acontecimentos do presente (como o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e

as lutas por direitos políticos) têm representado na história das mulheres e das relações de gênero no Brasil.

Essas questões reforçam a necessidade de maiores investimentos na formação de professores/as capazes de converter o ensino de história em uma ferramenta poderosa para que os/as estudantes possam não só compreender melhor o mundo em que vivem, mas também atuar na sua transformação e melhoria. Para isso é importante discutir nos cursos de formação inicial e continuada de docentes não só os conteúdos e os métodos de ensino, mas também os princípios políticos das ações pedagógicas e o modo como o ensino de história pode ser usado na construção e desenvolvimento de uma forma de pensar o mundo e as relações humanas fora dos eixos de dominação, poder, hierarquia e divisão sexual. Assim, podemos formar professores/as que usem o ensino de história como uma ferramenta política que contribua na educação para a igualdade e fortalecimento da cidadania das mulheres.

Planos de aula

SILVA, Marinalva Rodrigues Viana. O papel da mulher na sociedade. *Portal do Professor: Espaço da Aula*. Publicado em 13/04/2011. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=30763>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

SOUSA, Klenio Antonio; FARIA, Elizabet Rezende de; REZENDE, Leandro. A luta das mulheres pela profissionalização. *Portal do Professor: Espaço da Aula*. Publicado em 22/10/2014. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58046>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

RIBEIRO, Getulio; TURINI, Leide Divina Alvarenga; SILVA, Elmiro Lopes da. “Música da mulher”: as canções e as causas femininas no Brasil. *Portal do Professor: Espaço da Aula*. Publicado em 19/12/2011a. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=38677>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

RIBEIRO, Getulio; TURINI, Leide Divina Alvarenga; SILVA, Elmiro Lopes da. Os direitos da mulher ao longo da história do Brasil. *Portal do Professor: Espaço da Aula*. Publicado em 19/12/2011b. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=38675>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

RIBEIRO, Getulio; TURINI, Leide Divina Alvarenga; SILVA, Elmiro Lopes da. A emancipação feminina no Brasil atual. *Portal do Professor: Espaço da Aula*. Publicado em 19/12/2011c. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=38676>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

Referências bibliográficas

BRASIL. 1998. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Terceiro e Quarto ciclos do ensino fundamental. História. Brasília: MEC/SEF.

BIELSCHOWSKY, C. E.; PRATA, C. L.. Portal Educacional do Professor do Brasil. *Revista de Educación*, 352. Mayo-agosto, 2010.

COSTA, Marcella Albaine Farias da; GABRIEL, Carmen Teresa. Sentidos de "digital" em disputa no currículo de história: que implicações para o ensino desta disciplina? *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 165 - 185, mai./ago., 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. Respuesta a una pregunta. In: FOUCAULT, Michel. *Las redes del poder*. Buenos Aires: Almagesto, p. 13-47, 1993.

MONTEIRO, Ana Maria F. C.. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas "femininas". *São Paulo em Perspectiva* [online]. Vol.15, n. 3, pp. 67-81, 2001.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e Internet: conexões possíveis. *Tempo e Argumento*, v. 06, p. 23-53, 2014a.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014b.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PEREIRA, Nilton Mullet. O Ensino de História e o Presente. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 151-166, jan./jun., 2007.

Portal do Professor. s/d. *Tutorial*. Como criar uma aula. Disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/pdf/tut/tutorial_como_criar_uma_aula.pdf>. Acesso em maio de 2015.

_____. s/d. *Orientação*: como criar uma aula. Disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/pdf/orientacao_utilizando_ferramenta.pdf>. Acesso em maio de 2015.

_____. s/d. *Criar aulas*. Disponível em <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/criarAulaOpcoes.html>>. Acesso em maio de 2015.

RAGO, Margareth. "Adeus ao feminismo. Feminismo e (pós)modernidade no Brasil". *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 1-33, 1995/1996.

SCOTT, Joan W.. "Prefácio a *Gender and politics of History*". *Cadernos Pagu*, n. 3, Campinas, 1994.

SILVA, Cristiani Bereta da. "O saber histórico escolar sobre as mulheres e as relações de gênero nos livros didáticos de História". *Caderno Espaço Feminino* (UFU), v. 17, p. 219-246, 2007.

SILVA, Valéria Fernandes da. Sujeito da história ou reclusa de caixa de texto: um olhar feminista sobre as representações femininas nos livros didáticos de história. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber – esboço de uma problemática do saber docente. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 4, 1991.

VALENCIA, Antonia Fernández. "Las mujeres como sujeto histórico: género y enseñanza de la historia". *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*. España, Valencia, n. 18, p. 5-24, 2005.

ZACHARIAS, Valéria Ribeiro de Castro. *Os ambientes digitais e as práticas de leitura: uma análise de atividades do Portal do Professor do MEC*. Dissertação de mestrado em Linguística Aplicada, UFMG: Faculdade de Letras, 2013.